

## A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENTRO DE RIO BRANCO - ACRE

### THE PRODUCTION OF URBAN SPACE: AN ANALYSIS FROM THE CENTER OF RIO BRANCO - ACRE

Caio Moreno  
caiomachado1998@gmail.com  
Maria de Jesus Moraes  
mjmoraes@hotmail.com

#### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o espaço urbano do centro de Rio Branco (Acre) a partir das (re) construções identitárias dessa localidade. Com foco nas discussões epistemológicas que orientam uma concepção de espaço originada do princípio anti-mercadológico no processo de geração cultural posta na estética do centro de Rio Branco. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica utilizando como referencial teórico-metodológico os seguintes autores: Suertegaray (2001); Schmid; (2012) e Santos (1977) com as categorias relacionadas ao espaço urbano e seus significados. O estudo apontou que a produção espacial e da paisagem do centro de Rio Branco são orientadas por uma lógica mercadológica para o acúmulo de capital e pouco se preocupa com aspectos socioculturais e necessidades atreladas as diferentes identidades acreanas. Nessa perspectiva, propomos como alternativa possível para se desvencilhar dessa lógica mercadológica imposta por agentes sociais dominantes, uma postura anti-mercadológica que se caracteriza pela consideração aos sujeitos marginalizados e suas epistemologias evidenciadas pelo seu modo de interpretar e experienciar o centro de Rio Branco/AC.

**Palavras-chave:** Espaço Urbano; Cidade de Rio Branco; Centralidade.

#### ABSTRACT

This paper aims to analyze the urban space of downtown Rio Branco (Acre) from the perspective of identity (re)constructions in this locality. The focus is on epistemological discussions guiding a conception of space derived from an anti-market principle in the cultural generation process, as reflected in the aesthetics of downtown Rio Branco. The study employs a bibliographic research approach, using theoretical and methodological references from authors such as Suertegaray (2001), Schmid (2012), and Santos (1977), focusing on categories related to urban space and its meanings. The findings indicate that the spatial and landscape production of downtown Rio Branco is driven by a market-oriented logic aimed at capital accumulation, with little concern for the socio-cultural aspects and needs linked to the diverse identities in Acre. In this context, the article proposes an anti-market stance as a potential alternative to the dominant market logic imposed by social agents. This stance emphasizes consideration for marginalized groups and their epistemologies, highlighting their ways of interpreting and experiencing downtown Rio Branco, Acre.

**Key-words:** Urban Space; Rio Branco City; Centrality.

<https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/index>

## INTRODUÇÃO

O espaço como categoria estudada pela área de conhecimento da Geografia figura como um elemento de estudo bastante complexo e plural, que se relaciona com outras áreas de interesse dessa ciência. Desse modo, discutir a produção do espaço significa explorar suas inúmeras percepções em diferentes períodos históricos e referenciais teóricos, bem como ter a compreensão de que essa área de estudo é inerente às dinâmicas relacionadas ao homem e seu meio. Constituindo, assim, uma relação dialética que permita concretizar transformações espaciais, que emergem de tudo aquilo produzido pelo homem enquanto elementos materiais e imateriais.

Temos por objetivo no presente trabalho correlacionar o espaço enquanto categoria da ciência geográfica a um outro objeto de estudo da Geografia, que é a cidade. Com isso propusemos discutir o espaço a partir de uma ótica urbana, trazendo os debates acerca da relação homem e meio para o contexto das dinâmicas de produção do espaço urbano, características desse *locus* de estudo. Contudo, ao buscar discutir a produção do espaço, é necessário que se tenha a compreensão que diferentes agentes condicionantes, possibilitam variadas relações e transformações em frações do espaço que permitem nossa percepção e formação da totalidade. Dessa maneira, é incomcebível pensar o espaço de modo isolado, sem considerar esses agentes e seus aspectos “escalares”. Nessa direção, discutimos a produção do espaço a partir da figura do Poder Público enquanto um dos agentes transformadores do espaço urbano.

Haja vista que esse é um debate bastante amplo, nos possibilitando transitar por uma série de abordagens, temporalidades e *locus* de pesquisa, julgamos necessário delimitar qual espaço urbano de que se trata a referida discussão? Para além disso, é imprescindível que se aponte um marco temporal específico de pesquisa na medida em que o espaço está em constante transformação. O tempo cronológico é um elemento de análise decisivo para que possamos compreender os aspectos característicos do espaço em dada temporalidade.

Posto que a cidade de Rio Branco, ainda que jovem se comparada ao restante das capitais brasileiras, possui um processo de produção do espaço urbano um tanto quanto particular, com características que a difere de outros centros urbanos amazônicos e ainda com poucos estudos quanto a sua constituição. Assim, optamos por esta enquanto *locus* da discussão do presente estudo, dando ênfase ao processo de “revitalização” empreendido pelo Poder Público na primeira década dos anos 2000, na área central da capital acreana.

A suposta “revitalização” do centro de Rio Branco faz parte de um movimento complexo que vai muito além de um mero “embelezamento” do espaço central da cidade. Trata-se de uma estratégia política bem elaborada que parece estar alinhada aos interesses do Capital e que viu nesse espaço um meio de concretizar os novos paradigmas socioculturais em curso, traçados pela figura do Estado. Movimento esse que passou a ter um papel fundamental nesse processo político.

## METODOLOGIA

Posto isso, o artigo está organizado em três seções temáticas, a saber, a) Introdução; b) Referencial Teórico-metodológico; e c) Considerações Finais. Do ponto de vista metodológico, este trabalho se constitui em uma revisão bibliográfica, tendo como referencial teórico os seguintes autores: Suertegaray (2001); Schmid; (2012) e Santos (1977) a partir de obras discutidas na disciplina de Teoria Sobre Produção do Espaço, ministrada pelo Prof. Dr. Sílvio Simione do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFAC – PPGEO/Ufac. Para além desses autores, foram referenciados outros que contribuíram nas discussões de outras disciplinas do programa e agregaram na análise realizada neste estudo. Destarte, considerando a densidade da temática tratada neste estudo, buscamos tornar o mais palatável possível a compreensão do presente trabalho, recorrendo a recursos imagéticos como fotografias do acervo da biblioteca virtual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sites jornalísticos e blogs locais, de modo a possibilitar uma melhor percepção das transformações espaciais.

## REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O espaço geográfico pode ser entendido enquanto reflexo do “amontado” de temporalidades que expressam nele as intencionalidades e funcionalidades empreendidas pelo homem, gerando assim uma concretude que se organiza e reorganiza, conforme as novas demandas sociais. Com isso, é possível observar por intermédio desse espaço os modos como a sociedade vem se transformando e interagindo com o meio, deixando marcas que passam a compor novas temporalidades de um mesmo espaço. Com dinâmicas características de seu tempo. Desse modo, entendemos ser necessário buscar compreender o espaço para além do momento atual, na contemporaneidade, em uma visão que o articula com um todo mas também o compreender enquanto um produto de diferentes dinâmicas constitutivas e temporais. Uma vez que esta é uma construção social e, assim como todo elemento socialmente construído estando sujeito a constantes mudanças. É preciso pensar o espaço do presente a partir de sua bagagem do passado. A partir do *Espaço Geográfico uno e múltiplo* Suertegaray (2001) aborda esta discussão acerca da temporalidade do espaço e seu caráter plural e dialético dando ênfase a uma condição e percepção que se tem do espaço no presente a partir de sua “coexistência” com o passado:

Neste contexto, o espaço geográfico é a coexistência das formas herdadas (de uma outra funcionalidade), reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em construção, ou seja, é a coexistência do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente. (Suertegaray, 2001, p. 04).

Nessa direção, podemos dizer que o espaço expressa diferentes realidades temporais e por meio de sua observação é possível interpretarmos a constituição das condições empreendidas para que este possa tornar-se o que se é no presente e o que pode vir a ser. Esse movimento, entendido enquanto dialética espacial é discutido por Lefebvre (1980)

ao passo que o autor compreende o espaço enquanto uma mercadoria, produto social, fruto de particularidades contextuais, desse modo ele afirma que,

O espaço envolve as condições da realidade à medida que é um produto social, diante dessa afirmação o espaço torna-se uma mercadoria que se abstrai enquanto mundo, ao mesmo tempo, que traduz as diferenças e as particularidades contextuais. Conferindo a possibilidade de antever os movimentos de opressão ou de emancipação do homem por meio da dialética especial. (Lefebvre, 1980, p 47).

Com isso, observamos e inferimos a partir desse trecho que o espaço precisa da intervenção humana para que seja entendido como um elemento mutável a partir dos interesses sociais, um produto da ação humana, constituído de maneira dinâmica. É preciso que o homem expresse seu interesse, estabeleça metas, estratégias e métodos que permitam a transformação e produção daquilo que está dado. Schimid (2012, p. 03, grifo meu) a partir das teorias de Lefebvre, afirma que “o espaço ‘em si mesmo’ jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. *O espaço não existe em ‘si mesmo’*. Ele é produzido”.

Contudo, apesar do espaço ser muitas vezes interpretado como um mero elemento passivo, a serviço da transformação provocada pelo homem, que o confere a condição de produto social, este pode ser visto muito além desta percepção. Considerando que é no espaço onde se materializam as relações humanas, é nele que nos desenvolvemos social e materialmente. Nessa mesma proporção que ele também nos causa novos comportamentos. Assim, concordamos com Santos (1977, p. 06) quando este afirma ser o espaço responsável fundamental da transformação da natureza humana já que “nenhum dos objetos sociais tem tamanha imposição sobre o homem.

Frente ao exposto, Santos (1977, p. 04) defende que o espaço é dotado de uma série de articulações com outros processos e elementos formativos, definindo três deles: o modo de produção, formação social e o espaço em si, dessa forma as etapas da produção, os modos como a sociedade se organiza, estão em uma relação de troca direta, onde há uma interdependência, que promove esse movimento conjunto, conforme explicado pelo autor:

Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social. (Santos, 1977, p. 04).

Podemos apontar, a partir dos conceitos apresentados nesse trecho que o autor aborda uma concepção do espaço fragmentado, onde suas diferentes partes passam a adotar em diferentes períodos determinados papéis sociais. Nesse aspecto, entendemos que, para além das necessidades, é preciso que haja as condições necessárias para atender a essas necessidades, isso explica o porquê determinados locais serem valorizados em

determinados momentos em detrimento de outros. Porém, com o surgimento de novas necessidades, passam a atender as demandas do momento, com as condições que tem a oferecer. Podendo se enquadrar, dessa forma, nas necessidades sociais, pois,

A realização prática de um dos momentos da produção supõe um local próprio, diferente para cada processo ou fração do processo; o local torna-se assim, a cada momento histórico, dotado de uma significação particular. A localização num dado sítio e num dado momento das frações da totalidade social depende tanto das necessidades concretas de realização da formação social quanto das características próprias do sítio. O uso produtivo de um segmento de espaço num momento é, em grande parte, função das condições. (Santos, 1977, p. 05).

Ao trazer a discussão sobre o papel do espaço para o desenvolvimento humano, buscou-se reafirmar a complexidade e dinamismo dessa categoria de análise da Geografia, apresentado algumas de suas reflexões. Posto isso, cabe o seguinte questionamento: Quais as especificidades de se pensar a produção do espaço urbano? Para subsidiar na resposta à essa questão devemos pensar nos elementos constituintes do “cartão postal”, de modo geral, por assim dizer, de todas as cidades.

Quando se pensa em cidade seja qual for a sua dimensão, a figura do centro entra como um elemento basilar para compreender a forma como esta se organiza, do ponto de vista cultural, econômico, político e etc. Posto assim, precisamos compreender alguns elementos que constituem essa centralidade, para que assim possamos definir os modos de produção espaço empreendidos. Zachariasen (2006) escreve acerca das “três ordens de fatores” que nos permitem visualizar e transpor para a realidade de Rio Branco alguns dos elementos que as constituem, nesse ínterim:

A noção de centro - ou melhor, a determinação de centralidade que dela resulta - se baseia essencialmente sobre seu “reconhecimento” um reconhecimento que lhe atribui conotações específicas. Com efeito, não se trata da soma de elementos distintivos como tais (forma, função, oposição e etc), mas antes de dar síntese de sua interrelação. Segundo S. Ostrowetsky, o centro é engendrado por três ordens de fatores:

1. o “centro de um conjunto” que permite sua identificação (espaço monumental com capacidade de juntar pessoas que simboliza a cidade do ponto de vista político, jurídico e religioso);
2. o centro enquanto sinédoque (a parte que pode ser tomada pelo todo) que “representa”, por sua essência o papel político e administrativo da cidade inteira;
- 3) o centro enquanto “ponto de convergência espaço de concentração” num certo lugar o valor do “núcleo” e que, por sua vez, designa “metamorficamente” seu conteúdo essencial de centralidade, ainda mais que sua posição real no espaço urbano (Zachariasen, 2006, p. 183).

Sendo assim, ao refletirmos sobre o centro de Rio Branco, a partir das observações da autora, veremos a concentração de todas as ordens elencadas, o que nos leva as discussões levantadas por Santos (1977) sobre o espaço e suas diferentes funcionalidades, em diferentes tempos. O centro de Rio Branco tem se constituído em um espaço, que em

destintos períodos supriu determinadas necessidades mas com o passar dos anos passou a ganhar novas funções e a perder aquelas que já vinha desenvolvendo. Essa relação com o espaço, aos poucos vai se materializando, o modificando. A exemplo disso podemos observar na imagem a seguir o Porto da Gameleira, que no auge do extrativismo da borracha era utilizado como ponto de parada na antiga área comercial em um momento onde a cidade se articulava através do rio:

**Imagem 1.** Porto da Gameleira.



**Fonte:** Biblioteca IBGE.

**Fonte:** ContilNet.

Como vemos na imagem acima, aquilo que foi socialmente constituído para atender as demandas daquela temporalidade, em que a sociedade demandava a circulação pelos rios para a exportação da matéria prima da borracha, passa por mudanças com o declínio da economia extrativista, os planos de integração que atraem as cidades da Amazônia para as estradas e a falta de planejamento urbano nessas áreas de várzea.

Culminando no resultado do que se tinha concebido enquanto centralidade agora ganha outros valores, não mais como uma área de intenso comércio, mas como um monumento turístico central, que se adequa a uma proposta política característica desse período. De constituição de uma identidade a partir de um saudosismo, criando símbolos muitas vezes distorcidos da realidade concreta. Outros símbolos dessa materialidade pode ser conferida nas imagens a seguir:

**Imagem 2.** Mercado Velho.



**Fonte:** Biblioteca IBGE.

**Fonte:** Portal Amazônia.

**Imagem 3.** Projeto do Novo Mercado Elias Mansour.



**Fonte:** Site Destaque 068.

Esse processo de gentrificação traz consigo as demandas dessa temporalidade, onde é preciso refletir no centro de Rio Branco uma outra lógica social, com uma nova identidade. Não mais a partir de uma cidade ribeirinha mas de uma cidade atraente aos patrocínios do capitalismo. Estando alinhado, essa nova lógica organizacional, a uma perspectiva globalizada dos paradigmas de produção do espaço urbano contemporâneo.

Apesar das tentativas de “revitalizar/higienizar” as áreas centrais por meio de medidas urbanísticas, os centros das cidades são massivamente ocupados pelas classes populares, que expressam suas formas de produzir esteticamente o espaço a partir das suas próprias demandas, que dificilmente estão alinhadas com os propósitos alçados pelo Estado, em termos de planejamento e gestão urbana.

A partir disso, emergem elementos dos sujeitos autônomos que dinamizam a ocupação e transformação dessas áreas centrais, de modo bastante ôrgânico, como por exemplo a reaparição de camelôs (pequenos empreendedores que ocupam esses espaços) em áreas comerciais que já passaram pela intervenção do Estado. Confira nas imagens a seguir o calçadão de Rio Branco, espaço muito conhecido na capital acreana, que “materializa” um exemplo desse tipo de organização comercial:

**Imagem 4.** Colégio Acreano, localizado no Calçadão de Rio Branco.



**Fonte:** Biblioteca IBGE.

**Fonte:** Altino Machado.

Concordando com Zachariassen (2006) que caracteriza esses locais, semelhantes aos demonstrados na imagem acima, como “espaços estigmatizados” onde a intervenção popular na produção dessa área oferece, de certo modo, uma espécie de “contraplanejamento” em oposição às intencionalidades estatais. Dessa maneira, algumas áreas são essencialmente ocupadas por essas populações, por mais que sejam gentrificadas, permanecem espaços estigmatizados posto o seu uso pela camada popular, assim, para a autora:

O segundo tipo de espaço estigmatizado é o centro comercial popular, formado pela proliferação de ‘ambulantes’ em torno dos mercados centrais que desempenharam durante muito tempo o papel do mercado atacadista para o conjunto da cidade, aos quais vêm se juntar pequenas indústrias, artesanato e serviços para as camadas populares, e as estações rodoviárias. (Zachariassen, 2006, p. 202).

Desse modo, podemos observar e notar que a produção artística e cultural do espaço no centro da cidade, gerada pelo Estado, se dá de forma desigual. Uma vez que a instituição do Poder Público parece agir em desfavor dos sujeitos marginalizados (Arroyo, 2014) na medida em que visa atender aos interesses de indivíduos privilegiados na camada social, que a condicionam essas produções artísticas conforme as necessidades impostas pela lógica mercadológica-capitalista, sobrepondo, dessa forma, os modos de vida e de ser de outros sujeitos e suas epistemologias, bem como os tempos, as relações de uso e materialidades destes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a todas as discussões promovidas neste trabalho, a saber, envolvendo os espaços urbanos e suas produções estéticas-visuais, evidencia-se que a produção do espaço urbano central de Rio Branco, foco do estudo nesta pesquisa, passa, assim como outros espaços da cidade, por uma forte tentativa de apagamento do seu passado. Obstruindo, dessa forma, a face do passado que o remete, ao comércio de peixe, a circulação de canoas, festividades tradicionais.

As pretensões de demonstrar as culturas geradas pelos sujeitos da cidade, com alusão ao seringueiro sertanejo em condições de trabalho precárias, foram suprimidas pela nova lógica da organização social do espaço urbano promovido pelos ditames do mercado. O espaço do centro da cidade, antes utilizado para fins de socializações culturais diversas, passou a ser condicionado por perspectivas lucrativas advindas do neoliberalismo. Grosso modo falando, esses espaços são pensados, em suas produções estéticas, a partir de uma outra lógica, alinhado com o Capital privado, estabelecendo relações do local com o global. Atendendo as necessidades sociais mínimas dos sujeitos ao mesmo tempo que transforma o modo da sociedade de se relacionar com o meio e se comportar, em uma nova temporalidade da produção do espaço urbano acreano.

Nesse íterim, pensamos que a produção do espaço urbano deve considerar a lógica descolonizadora dos sujeitos tratados como marginalizados pelas camadas sociais mais



privilegiadas. Em contrário à lógica produtivista do mercado financeiro que tem ditado as regras do planejamento do espaço urbano, sobretudo na clara pretensão de desfavorecer os modos de vida e de ser dos sujeitos que vivenciam essas situações subalternizadas. Nesse sentido, pensamos que somente um espaço urbano produzido artisticamente pelas camadas populares integrantes dessas localidades é que viabiliza uma reprodução cultural calcada na realidade dos povos rio branquenses e acreanos, contrariando a lógica produtivista que opera à revelia dos sujeitos subalternizados.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel González. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BIDOU-ZACHARISEN, Catherine. **De volta à cidade: dos processos de gentrificações políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo : Annablume, 2006.
- SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: Ensaios**. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p.
- SCHMID, Christian. GEOUSP - **espaço e tempo**, São Paulo, N°32, pp. 89- 109, 2012.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço Geográfico uno e múltiplo**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, n.93, 2001.
- HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. MARICATO, Ermínia. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- FURTADO, C. R. **Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana**. Um estudo sobre gentrificação. Caderno Metropolitano, v.6, n.32, pp.341-363. São Paulo, 2014.
- LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. 5. Ed. São Paulo: Centauro, 2001.